

# Anaconda: Suíça confirma investigação de envolvidos

Procuradoria vai apurar se quadrilha lavava dinheiro

Rui Martins\*  
e Jailton de Carvalho

• GENEBRA e BRASÍLIA. Quase ao mesmo tempo em que mandava aos juízes de instrução o inquérito sobre os brasileiros envolvidos no escândalo do propinoduto, a Procuradoria Federal da Suíça recebia das autoridades brasileiras um novo pacote de documentos, entregue em Berna pela embaixada, relacionados com denúncias dos implicados na Operação Anaconda, que apura o envolvimento de juízes e policiais federais num esquema de venda de sentenças judiciais.

Já começaram, portanto, as investigações pela polícia judiciária federal suíça especializada em lavagem de dinheiro. Como a Justiça brasileira fez um pedido oficial, provavelmente as contas bancárias suíças com nomes dos brasileiros indiciados já estão bloqueadas. Para evitar que fossem esvaziadas, tanto as autoridades brasileiras como as suíças retiveram as informações enquanto os bancos faziam uma triagem.

Segundo a lei suíça, os nomes indicados pelas autoridades brasileiras, mesmo com contas bloqueadas, são apenas suspeitos e somente serão enviados ao Serviço dos Juízes de Instrução, se, contra eles, forem apurados movimentos suspeitos de transações para lavagem de dinheiro.

As novas leis suíças, que criaram uma jurisdição federal, conseguiram apressar os inquéritos, mas — como aconteceu com o Propinoduto — será necessário prova-

velmente um ano para que sejam concluídas as investigações.

## Grupo vai pedir quebra de sigilo

• Um grupo do Departamento de Recuperação de Ativos Financeiros, vinculado à Secretaria Nacional de Justiça, e da Polícia Federal, começa hoje a preparar os pedidos de quebra de sigilo e bloqueio de contas bancárias no exterior dos denunciados na Operação Anaconda. A criação do grupo foi acertada numa reunião ontem, em Brasília, entre a secretária nacional de Justiça, Cláudia Chagas, e o porta-voz da Operação Anaconda, delegado Reinaldo de Almeida. A PF já sabe que diversas contas bancárias do grupo foram bloqueadas no exterior.

No encontro, Almeida fez um relato sobre o resultado preliminar da análise do material apreendido no fim do mês passado na casa da auditora aposentada da Receita Federal Norma Regina Cunha e do juiz João Carlos da Rocha Mattos, entre outros acusados de envolvimento com o suposto esquema de venda de sentenças e esvaziamento de inquéritos policiais. A partir dessas e de outras informações que estão surgindo nesta etapa da apuração, o grupo de rastreadores redigirá os pedidos de bloqueio e de quebra de sigilo bancário.

— Nos casos em que as suspeitas de irregularidades são fortes, vamos fazer os pedidos imediatamente. Em outros casos, onde as provas são mais

frágeis, vamos esperar um pouco mais — disse Cláudia Chagas.

Segundo ela, os pedidos devem ser elaborados separadamente, conforme o peso das provas contra os acusados e de acordo com a lei do país a ser acionado pelo governo brasileiro. Os pedidos podem ser feitos antes mesmo da condenação dos acusados, como aconteceu no caso do juiz aposentado Nicolau dos Santos Neto. Antes mesmo de ser condenado pelo desvio de R\$ 169,5 milhões do Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo, o juiz teve um apartamento em Miami confiscado.

## Bando teria US\$ 70 milhões

• Na primeira etapa da análise, a PF calculou em aproximadamente US\$ 70 milhões o patrimônio da organização na Suíça, Estados Unidos, Uruguai e Áustria. Mas as análises ainda não foram concluídas e alguns delegados acreditam que os bens amealhados pela organização denunciada pela Anaconda atingem cifras ainda maiores. A Polícia Federal descobriu também que boa parte da organização tem um vasto patrimônio em São Paulo.

— Eles tiveram a cara-de-pau de deixar muita coisa em São Paulo mesmo — disse um dos investigadores. ■

(\*) Correspondente

• PROPINODUTO: CONTAS  
TÊM US\$ 41 MILHÕES, na  
página 19